



## Redescobrimo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “O Sul é o meu país”<sup>1</sup>

Gabriel Pancera Aver<sup>2</sup>

**Resumo** Indicando o movimento separatista “O Sul é o Meu País” (OSMP) como estudo de caso, o presente artigo indaga: como os elementos históricos e culturais presentes no discurso oficial do OSMP são mobilizados no sentido de legitimar a identidade étnica sulista pleiteada pelo movimento? Para tanto, realizou-se uma análise documental e discursiva que, ao operacionalizar os conceitos de identidade e cultura, identificou o caráter relacional, simbólico, temporal e material da identidade sulista, discernindo as formas como antepassados e antecedentes históricos são ressignificados, visando construir uma verdade histórica que valide a noção do ser. De mesmo modo, analisou-se a construção discursiva do sentimento de bairrismo postulado pelo movimento, bem como a construção da noção de superioridade cultural dos sulistas, o que se reverbera em uma dimensão material de exclusão física dos “não sulistas”.

**Palavras-chave:** Identidade; Cultura; Separatismo; Sulista; O Sul é o Meu País.

1 A presente pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo N° 88882.448388/2019-01.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOE/UUEL) – Londrina – Brasil – gabriel.pancera@uel.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0951-5292> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8738089908848640>.

## **Rediscovering the past and negotiating the identity: considerations about the *sulista* identity claimed by the separatist movement “O Sul é o meu país”**

**Abstract** *Assuming the separatist movement “O Sul é o Meu País” (OSMP) as a case study, this paper inquires: how are the historical and cultural elements present in the official OSMP discourse mobilized in order to legitimize the *sulista* ethnic identity claimed by the movement? For that purpose, a documentary and discursive analysis was carried out which, operationalizing the concepts of identity and culture, identified the relational, symbolic, temporal and material character of the *sulista* identity, identifying the ways in which ancestors and historical antecedents are re-signified, aiming to build a historical truth that validates the notion of being. Likewise, the paper analyses the discursive construction of the feeling of parochialism postulated by the Movement, as well as the construction of the notion of cultural superiority of the *sulistas*, which reverberates in a material dimension of physical exclusion of those postulated as “non-*sulistas*”.*

**Keywords:** *Identity; Culture; Separatism; Sulista; O Sul é o Meu País.*

## **Redescubriendo el pasado y negociando la identidad: consideraciones sobre la identidad *sulista* reivindicada por el movimiento separatista “O Sul é o meu país”**

**Resumen** Tomando como caso de estudio el movimiento separatista “O Sul é o Meu País” (OSMP), este artículo indaga: ¿Cómo se movilizan los elementos históricos y culturales presentes en el discurso oficial del OSMP para legitimar la identidad étnica *sulista* reivindicada por el movimiento? Para ello, se realizó un análisis documental y discursivo que, al operacionalizar los conceptos de identidad y cultura, identificó el carácter relacional, simbólico, temporal y material de la identidad *sulista*, identificando las formas en que los ancestros y antecedentes históricos son simbólicamente rescatados y resignificados con el objetivo de construir una verdad histórica que valide la noción de ser. Además, se analizó la construcción discursiva del sentimiento de provincianismo postulado por el Movimiento, así como la construcción de la noción de superioridad cultural, lo que repercute en una dimensión material de exclusión física de los “no *sulistas*”.

**Palabras-clave:** *Identidad; Cultura; Separatismo; Sulista; O Sul é o Meu País*

## 1. Introdução: caracterização e problematização do objeto

O reemergir de organizações separatistas no Sul do Brasil, ao longo da década de 1990, suscitou a produção de múltiplas pesquisas que objetivaram analisar, em sua maioria, como o movimento “O Sul é o Meu País” (OSMP), em seu discurso oficial, sustenta a pauta separatista sulista.

Ainda que a fundação de um novo país no Sul do Brasil não tenha sido uma proposta exclusiva do OSMP, há uma tendência na literatura sobre a temática em adotar o movimento como caso de análise. Isso se deve ao fato de que as demais organizações separatistas, como o Partido da República Farroupilha e o movimento Pampa Livre, tiveram um período de atividade restrito<sup>3</sup>, no caso da proposta de fundação do Partido, ou uma capacidade de organização reduzida<sup>4</sup>, no caso do Pampa Livre. Desse modo, o Sul é o Meu País, ao longo das últimas três décadas, consolidou-se como o movimento separatista com o maior número de adeptos e com maior abrangência regional.

Analisando categorias específicas do discurso do OSMP, tais como a atribuição de um caráter secessionista a eventos históricos (Melo, 2019; Lima, 2017), a vinculação entre geografia física e elementos culturais na construção do caráter singular do território e do povo sulista (Schultz e Silva Junior, 2019), os elementos de insatisfação política e fiscal que fundamentam a causa separatista (De Paula, 2001; Ogliari, 2019; Tormena, 2018) e a vinculação entre os conceitos de separatismo e etnicidade (Luvizotto, 2003), a literatura existente sobre o movimento possibilita a compreensão sobre como múltiplas categorias do discurso separatista são construídas e mobilizadas no sentido de sustentar a causa separatista sulista. Visando colaborar com essa literatura, o presente artigo busca responder como os elementos históricos e culturais, mobilizados no interior do discurso oficial do OSMP, são mobilizados no sentido de legitimar a identidade étnica pleiteada pelo separatismo sulista.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental que catalogou 91 artigos de opinião publicados no site oficial do movimento entre 2015 e 2020. Por

---

3 O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) negou o pedido de registro do Partido da República Farroupilha, alegando que a proposta partidária ofendia abertamente a Constituição Federal, violando o princípio da soberania e integridade nacional. A negativa encerrou a mobilização pela fundação do partido. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5332635/apelacao-civel-ac-590082970-rs-tjrs>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

4 O fundador do Pampa Livre, Irton Marx, pautava uma separação focada, fundamentalmente, no estado do Rio Grande do Sul, fator que gerou obstáculos para a construção de pontes de diálogo com os movimentos no Paraná e em Santa Catarina, o que prejudicou a capacidade do Pampa Livre de se consolidar enquanto organização separatista.

consequente, implementou-se uma análise do discurso (AD), utilizando como eixo orientador os aportes metodológicos de Fairclough (2001). Foram identificadas cinco dimensões simbólicas do discurso oficial do movimento que interoperam no sentido de sustentar a pauta separatista sulista (Aver, 2021). O objetivo do presente artigo é sistematizar e analisar duas das dimensões mencionadas: a dimensão histórica e cultural. Juntas, elas são compostas por 29 dos 91 documentos catalogados, a fim de identificar como os elementos discursivos históricos e culturais são mobilizados no sentido de atribuir significado e legitimar a identidade “sulista”, pleiteada pelo movimento.

Nesse sentido, a análise correlacionada de duas categorias discursivas mobilizadas no interior do discurso do movimento busca contribuir para o campo de estudos do separatismo sulista com uma análise multidimensional, que considera e compreende as vinculações existentes entre as diversas categorias discursivas na articulação da legitimação da pauta separatista. Além disso, a pesquisa se insere em uma discussão mais ampla, conectada com a realidade brasileira atual, na medida em que busca compreender como questões identitárias são simbolicamente arranjadas no interior de discursos que pautam o separatismo como recurso político para uma suposta superação de descontentamentos sociais, políticos e econômicos, assim como identifica como os arranjos simbólicos se reverberam em um sentido material da identidade, seja por meio de desvantagens na posição social daqueles vistos como “não desejáveis”, ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico dos “estrangeiros”. Desse modo, o artigo busca colaborar para a compreensão de dinâmicas e desigualdades que, em última instância, perpassam os debates sobre a formação de uma identidade nacional.

## 2. Elementos teóricos da análise

A identidade “sulista” pleiteada pelo OSMP se distingue, na sua própria nomenclatura e, de mesmo modo, no significado a ela atribuído, de outras designações ao território e ao povo que habita a região meridional do Brasil. Os “brasis sulinos” de Darcy Ribeiro, por exemplo, não se consolidaram como “centros de lealdade étnica extranacionais”; portanto, integraram-se com “ritmos e modos diferenciados” à comunidade nacional brasileira (Ribeiro, 1995: 183). O sulista, por sua vez, opõe-se, de forma inerente, à Brasília, sendo ela a representação simbólica do pacto federativo do Brasil. Assim, o sulista, enquanto designação étnica, só existe em oposição à Brasília e é, em sua essência, separatista (Aver, 2021).

Portanto, assume-se que a identidade “sulista” pleiteada pelo OSMP é uma identidade singular, negociada e construída no interior de representações e significados constantemente negociados, ressignificados e redefinidos. Para tanto, pressupõe-se que os seres sociais são seres interpretativos e que, com base no seu meio, atribuem sentido às suas práticas e ações sociais. Esses significados estão objetivamente presentes no mundo e, concomitantemente, são subjetivamente validados (Hall, 1997). Nesse sentido, ao mobilizarmos o conceito de identidade, referimo-nos ao que Hall (1997: 26) denominou como “sedimentações através do tempo daquelas identificações ou posições que adotamos e procuramos ‘viver’, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, históricas e experiências únicas e particularmente nossas, como sujeitos individuais”.

Assim, compreende-se que a identidade emerge da relação de conceitos e definições objetivamente apresentados pelos “discursos da cultura”, assumindo aqui o conceito de cultura em seu sentido substantivo, isto é, como “práticas de significação” que ocupam um lugar “na estrutura real e na organização das atividades, instituições e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico” (Hall, 1997: 16). Em síntese, toda prática, relação e identificação social depende e tem relação com o significado a ela atribuído.

Ao discorrer sobre a relação objetiva e subjetiva da validação dos significados que conformam a identidade nacional, Hall (1997: 25) indaga: “o que é ‘ser inglês?’”. Para esboçar uma resposta, ele apresenta dois cenários contrastantes comumente atribuídos à identidade nacional inglesa. O primeiro, mais tradicional, é ligado à imagem da “troca de guardas do Palácio de Buckingham, o Lake District e ao parlamento inglês”, representando uma sociedade bem ordenada, tradicional e estável. O segundo, mais contemporâneo, pós-Thatcher, “com o triunfo da revolução industrial que construiu a prosperidade britânica”, representa um modo de vida competitivo e laborioso. A discussão elaborada pelo autor não repousa na afirmação de qual cenário representa, com maior ou menor precisão, a realidade do “ser inglês”. De modo distinto, busca refletir sobre os elementos históricos, políticos, sociais e culturais, por vezes opostos, conflitantes ou flutuantes, que são acionados e negociados para legitimar e atribuir significado à noção de “ser inglês” que se pretende validar em cada um dos cenários apresentados.

Em outro movimento para esboçar uma definição de como as identidades nacionais se formam e as suas vinculações com o sentido substancial do conceito de cultura, Woodward (2014) afirma que as representações e as atribuições de significado atuam de forma simbólica e relacional no sentido de classificar

o mundo e as suas relações. Para tanto, resgata-se um relato jornalístico de Ignatieff (1994), do período de guerra na antiga Iugoslávia, reproduzida a seguir:

São quatro horas da manhã. Estou no posto de comando da milícia sérvia local em uma casa de fazenda abandonada, a 250 metros da linha de frente croata... não na Bósnia, mas nas zonas de guerra da Croácia central. O mundo não está mais olhando, mas toda noite as milícias croatas e sérvias trocam tiros e, às vezes, pesados ataques de bazuca.

Esta é uma guerra de cidade pequena. Todo mundo conhece todo mundo: eles foram, todos, à escola juntos; antes da guerra, alguns deles trabalhavam na mesma oficina; namoravam as mesmas garotas. Toda noite, eles se comunicam pelo rádio “faixa do cidadão” e trocam insultos - tratando-se por seus respectivos nomes. Depois saem dali para tentar se matar uns aos outros.

Estou falando com soldados sérvios — reservistas cansados, de meia-idade, que preferiam estar em casa, na cama. Estou tentando compreender por que vizinhos começam a se matar uns aos outros. Digo, primeiramente, que não consigo distinguir entre sérvios e croatas. “O que faz vocês pensarem que são diferentes?”

O homem com quem estou falando pega um maço de cigarros do bolso de sua jaqueta cáqui. “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croata”.

“Mas eles são, ambos, cigarros, certo?”

“Vocês estrangeiros não entendem nada” - ele dá de ombros e começa a limpar a metralhadora Zastovo.

Mas a pergunta que eu fiz incomoda-o, de forma que, alguns minutos mais tarde, ele joga a arma no banco ao lado e diz: “Olha, a coisa é assim: aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixos dos Bálcãs” (Ignatieff, 1994: 1-2).

O recorte jornalístico recuperado por Woodward (2014) é oportuno para exemplificarmos e assinalarmos dois elementos centrais do conceito de identidade e da sua vinculação com o sentido substancial da cultura. Em primeiro lugar, destaca-se o caráter relacional da identidade: na “guerra de cidade pequena”, em que todos se conhecem, impera uma distinção identitária entre Sérvios e Croatas, que é articulada na relação de distinção entre ambas as identidades. Em outras palavras, “a identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é,

que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista” (Woodward, 2014: 8). A distinção, por sua vez, não depende de elementos objetivos para ser subjetivamente validada. Elementos simbólicos, como a diferença do cigarro fumado, são mobilizados como categorias pertinentes para a validação da diferença e, por conseguinte, da identidade.

A afirmação do caráter simbólico e relacional na definição das identidades não é uma particularidade dos estudos culturais, aqui apresentado por meio das formulações teóricas de Stuart Hall e Kathryn Woodward. Em outros termos e fundamentado em categorias analíticas distintas, Barth (1998) afirma que o sentimento de pertença a uma comunidade não é forjada no isolamento do referido grupo. Ao contrário, a comunicação e o contato entre distintas comunidades acentuam diferenças, sendo apropriadas pelos indivíduos para o estabelecimento de fronteiras étnicas. Dessa maneira, teorizar com base na etnicidade significa “examinar as modalidades segundas as quais uma visão de mundo étnica é tornada pertinente para os atores”, ou seja, é compreender os sentidos mobilizados para a consolidação do sentimento de formar um povo e, sendo assim, assume-se a pertença étnica como categoria pertinente para a ação social (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998: 17).

Em termos e recortes analíticos distintos, ambas as correntes de pensamento dialogam no sentido de pensar e afirmar um processo contínuo, relacional e simbólico de seleção de aspectos sociais, políticos, culturais e históricos mobilizados no sentido de atribuir significado e legitimar a identidade que se busca reconhecer. No que tange à dimensão histórica, Woodward (2014) traz uma colaboração relevante ao assinalar que as definições das identidades nacionais são historicamente localizadas em um ponto específico no tempo. Nesse âmbito, para legitimar a identidade, são reivindicados antecedentes históricos mobilizados no intuito de subsidiar a distinção e a posição da identidade. Assim, afirma a autora, há um processo de “redescoberta do passado” que é central na construção da identidade, no sentido de afirmar uma verdade histórica imutável que valide a noção do ser. Em outras palavras, a noção de “redescobrir o passado” faz referência ao contínuo processo de negociar, ressignificar e redefinir antecedentes e antepassados históricos como recurso de validação dos elementos relacionais e simbólicos de distinção que fundamentam a identidade nacional.

A forma como antepassados e antecedentes históricos são reivindicados também é volátil, variando com o tempo. Em outros termos, “a afirmação das identidades nacionais é historicamente específica” (Woodward, 2014: 11). As formas como se atribuem significados aos eventos e antepassados históricos

varia com o tempo e com a “posição-de-sujeito” que se pretende afirmar em determinado momento histórico.

Além da representação simbólica, relacional e temporal da diferença, a identidade também possui vinculações sociais e materiais. Desde o momento em que determinado grupo é marcado como não desejável, inimigo ou como tabu, a dimensão simbólica da diferença reverbera materialmente, seja por meio de desvantagens na posição social dos membros do grupo ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico do(s) diferente(s). No exemplo resgatado por Woodward (2014), o cigarro, enquanto elemento simbólico de diferenciação, marca distinções presentes também nas relações sociais entre Sérvios e Croatas. Assim, ainda que o simbólico e o material sejam processos diferentes, ambos dependem um do outro para a construção e manutenção das identidades, na medida em que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (Woodward, 2014: 14).

Desse modo, o presente artigo, ao indagar como os elementos históricos e culturais presentes no discurso oficial do OSMP são mobilizados no sentido de legitimar a identidade sulista, busca, em última instância, sistematizar e analisar os elementos relacionais, simbólicos, temporais e materiais constituintes da identidade sulista reivindicada pelo movimento separatista.

### 3. Entre heróis e anti-heróis, o “redescobrir do passado”

Esta seção tem como objetivo descrever, sistematizar e analisar como o OSMP resgata antecedentes e antepassados históricos no sentido de afirmar uma verdade histórica imutável que valide a identidade sulista. Em outras palavras, busca evidenciar como o movimento opera, por meio de seu discurso oficial, o processo contínuo de “redescobrir o passado”, negociando, redefinindo e ressignificando eventos e sujeitos históricos. Ao catalogar os 91 artigos de opinião publicados pelo movimento entre 2015 e 2020, 17 documentos foram classificados como pertinentes à categoria “discursos históricos” (Aver, 2021). Desses, 9 documentos remetem a outros territórios nacionais e internacionais que, segundo afirma o movimento, buscaram ou buscam pleitear autodeterminação. Esses documentos possuem um papel importante na correlação de variáveis discursivas mobilizadas pelo movimento, mas não serão considerados na análise aqui realizada, tendo em vista o recorte analítico proposto<sup>5</sup>. Assim, a presente

5 Para visualizar a análise dos 9 documentos citados, ver Aver (2021: 68-73).



seção lança mão da análise dos 8 documentos que versam, de fato, sobre antecedentes e antepassados históricos, no sentido de revisitá-los e ressignificá-los.

O conflito e a disputa territorial foram elementos marcantes da história de ocupação e colonização da Região Sul do Brasil, desde o período embrionário de ocupação, com a relação desigual entre bandeirantes, povos originários e jesuítas, passando pelas disputas territoriais entre as coroas ibéricas, seguindo até o “apogeu” da colonização do Sul do Brasil, entre o último quartil do Século XIX e o primeiro quartil do Século XX. Na perspectiva do OSMP, a bravura do povo sulista e a tradição de luta pela autodeterminação foi herdada pelo povo sulista desde as disputas nas missões do Guairá e nos Sete Povos das Missões, ainda nos Séculos XVI e XVII, e que se reverbera até os dias de hoje, com a “marcha pacífica e democrática” do movimento “O Sul é o Meu País”:

Nossa história de libertação do Sul vem de longe... Nascemos todos Guaranis e Ges... De muitos Povos e Nações... Vínhamos ao mundo Guainás, Ibraira-ras, Arachãs, Carijó, Tapes, Pampeanos, Kaiguangues, Xocklengs, Charruas, Caiuas, Minuanos, Mbyas, Xiripas, Xetas, Guenoas, Yaros, Mboanes e Chanás, entre outros tantos. Falávamos várias línguas e muitos dialetos... tínhamos nosso próprio modo de vida. Nossa casa era a imensidão do mar verde da floresta sulista. Nosso teto sempre foi as galhadas majestosas das araucárias. Éramos livres e não admitíamos que ninguém nos tolhesse o direito de andar e viver em plenitude em nossa própria terra (Sul Livre, 2018).

Certa vez, um grupo de homens *descontentes* com o Império ao qual pertenciam, deixaram suas esposas e crianças no lar e seguiram marcha contra um quinto de impostos que pagavam ao poder central e que iam aumentando diante de uma óbvia crise do sistema administrativo. A luta armada foi desigual; porém, o *sangue* não foi em vão, e muitas histórias ainda são contadas sobre *aqueles separatistas*. Passou o tempo, alguns lutando pela república brasileira, outros pelo Império do Brasil, enquanto aqui, ao Sul do até hoje Brasil, guerreiros ainda lutam pela emancipação política e administrativa dos três estados do sul. *Hoje sentimos o sangue dos nossos antepassados passar por nossos corações*, estamos em uma marcha pacífica e democrática. Pobre daqueles que acreditam nos homens e mulheres que administram o Brasil (...) somos sulistas de coração e alma (Sul Livre, 2017a, grifos meus).

Segundo o movimento, o direito do povo sulista de viver e andar em plenitude nas terras do Sul começou a ser tolhido com a chegada do homem europeu e,

como resultado, não restou outra alternativa ao povo do Sul do que lutar pelo direito a sua terra: “aos poucos foram [os europeus] tomando conta deste território, matando e expulsando os verdadeiros donos da terra... E por isto, como reação a esta usurpação, surge o *sentimento de autodeterminação sulista*” (Sul Livre, 2018, grifos meus). Nessa perspectiva, o primeiro grande movimento de defesa do território sulista foi a Confederação de Aldeais e Povos: “sob a liderança do Cacique Guairacá, primeiro herói sulista (...) combatemos heroicamete, de 1550 a 1601 os Espanhóis que pretendiam anexar este território” (Sul Livre, 2018).

A resistência contra a invasão estrangeira fez o povo sulista se organizar, primeiro com a formação da República del Guairá e, posteriormente, com os trinta povos das missões: “era o renascimento do sonho sulista através da construção de uma Confederação”. Muitos “compatriotas” e “irmãos” foram mortos em batalha, mas “através destas missões progredimos muito em todas as áreas do conhecimento humano. Honramos nossa terra ancestral construindo uma grande civilização” (Sul Livre, 2018). Assim, do Cacique Guairacá e de Sepé Tiarajú, o “segundo herói sulista”, os sulistas engajados herdaram a tradição de luta pela autodeterminação e a honra de defender a autonomia desse território:

Esqueceram que em nossa cultura as terras ancestrais são um bem inegociável e, portanto, não podem ter dono de além mar. Afinal os filhos da terra são os donos da terra. Em nossa fé e cultura, quando uma pessoa morre ela se transforma em terra. Portanto, em nosso território estão nossos antepassados e, por isso, essa terra é parte de nós (...) *E tantos séculos depois, cá estamos, lutando pela mesma causa, em defesa da nossa terra e da nossa gente.* Hoje organizamos em um movimento de libertação, usamos a mesma divisa de guerra de Guaycará e Sepé, mantendo vivo o grito: “Co Yvy Oguereco Yara” ... Esta terra tem dono, porque o Sul é o meu país. (Sul Livre, 2018, grifos meus).

Em outro documento, além da ancestralidade de luta dos povos originários, descritos como “heróis sulistas”, o movimento resgata a Guerra de Farrapos e a República de Juliana “em memória póstuma à bravura dos nossos heróis negros que deram a vida pela liberdade e independência do Sul”. Em desacordo com a Corte Imperial, “a república separatista Riograndense havia prometido liberdade aos negros que lutavam no exército farroupilho”, sendo este constituído por um grande número de “negros, índios, mestiços e brancos pobres” (Sul Livre, 2019).

Assim, lutando bravamente pela liberdade e independência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, “essa cultura valorosa” contribuiu para a diversidade cultural do Sul. “Nas fileiras dos lanceiros negros”, que possuíam “uma disciplina espartana”, o povo sulista aprendeu “a desprezar o perigo e combater pela

causa das grandes nações”, participando ativamente na construção de “uma república anti-escravocrata dentro do solo Imperial Português escravocrata” (Sul Livre, 2019).

A Guerra do Contestado é resgatada como outra demonstração histórica da bravura do povo sulista, por meio da qual um discurso de humilhação histórica se anuncia:

Na história existem provas da humilhação sofrida pelos sulistas. Um caso triste que devemos recordar para as futuras gerações é a guerra do Contestado (...) em cada cidade [envolvidas no Contestado] existe uma lágrima de quem teve seus familiares assassinados. Os nossos antepassados ou simples enterrâneos tiveram quinze quilômetros de cada lado do coração arrebatado, trilhos em nome do progresso e um exército em nome da ordem. Retiraram a nossa madeira, as nossas casas e a vida de milhares de camponeses, de comerciantes, de religiosos, de sulistas que queriam apenas o direito de receber algo em troca do “progresso da República” (...) Em nome da memória das milhares de vidas perdidas em nome da “ordem e progresso”, queremos liberdade (Sul Livre, 2016a).

Em memória dos antepassados sulistas, o OSMP mantém vivo o sentimento histórico de autodeterminação, gerado com Guairacá e Sepé e passado de geração em geração até os dias de hoje: “estamos cansados de distorcerem a história de nossos filhos. Queremos independência (...) queremos formar um novo país” (Sul Livre, 2016a). Historicamente, o povo sulista tem sido oprimido e humilhado por estrangeiros. Primeiro, vieram as coroas ibéricas, com os jesuítas e bandeirantes, contra as quais lutaram Sepé e Guairacá. Posteriormente, o Império e a República do Brasil foram as ameaças, contra as quais se rebelaram os lanceiros negros e os povos dos pampas, na Guerra de Farrapos, na proclamação da República de Juliana e no Contestado. Hoje, a figura de Brasília simboliza o inimigo, contra a qual se opõe, atualmente, o povo sulista.

Com base nos estudos semiológicos de Barthes, Melo (2019: 9-11) busca identificar como a apropriação das figuras de Guairacá e Sepé são utilizadas de forma recorrente no discurso separatista do OSMP assumindo um sentido de pertencimento e unicidade histórica do povo sulista. Assim, “os heróis sulistas” se constituem como uma “imagem que paira no imaginário social sulista”, à qual o movimento busca se equiparar, na medida em que se organiza e age “liderando o povo sulista contra *os outros*”<sup>6</sup>. O anacronismo da revisão histórica

6 “Diferentes desses outros, são eles sulistas, como se definem, não mais brasileiros” (Melo, 2019: 11).

realizada pelo movimento gera deformações: “os separatistas destituem a figura histórica de Guairacá de seu significado para agregar a ele o valor de herói, com o intuito de aproximar os três estados sulistas em um novo combate”. Essa destituição de significado consolida a ideia de que os outros, os não sulistas, têm sido historicamente uma ameaça aos estados do sul, constituindo-se “como um inimigo em comum (...) suscitando o imaginário de uma nova comunidade” (Melo, 2019: 11).

No documento sobre Guairacá e Sepé, bem como no dos lanceiros negros e da Guerra do Contestado, os discursos históricos são mobilizados no sentido de construir uma imagem heroica que fundamenta a unicidade histórica do povo sulista. Os povos originários, “heróis sulistas”, derramaram seu sangue pela defesa de seu “chão sagrado” (Sul Livre, 2018). Os negros lanceiros defenderam a República abolicionista do Rio Grande do Sul, lutando bravamente contra o Império Português. Hoje, o movimento OSMP luta contra as opressões e o julgo de Brasília. Nessa construção simbólica do herói, criam-se os inimigos que ameaçam a liberdade do povo sulista.

O “sangue derramado” aparece como categoria simbólica da bravura, da honra e da tradição de luta que historicamente une os povos da Região Sul que, de geração em geração, têm lutado pela autodeterminação e pela autonomia de seu território. São os heróis sulistas e, respectivamente, seus anti-heróis que unem esse povo em defesa “da nossa gente e da nossa terra” (Sul Livre, 2018).

A seleção dos elementos que caracterizam os heróis e anti-heróis são fundamentais para a legitimação da identidade sulista que é, inerentemente ao seu ser, separatista, na medida em que seus antepassados e antecedentes históricos são caracterizados, ao longo da História, como oprimidos que lutaram pela autodeterminação de seu povo. Nesse sentido, a hereditariedade do sentimento de autodeterminação, gerada pelo processo de “redescobrimento do passado”, permite constatar que a ancestralidade de luta é conformada em uma dinâmica de lutas simbólicas em torno da construção social do território e do povo do Sul. Assim, identifica-se que “há uma insistência do movimento o Sul é o Meu País na busca pelo passado para legitimar-se”, tendo em vista a forma como a historicidade do sentimento de autodeterminação está centrada na mobilização da memória como demanda e reivindicação identitária (Rech, 2016: 18).

Dessa maneira, aplicando as concepções teóricas de Hall (1997), a análise documental nos permite identificar as sedimentações que compõem, no decorrer do tempo, as identificações e posições que conformam a identidade, bem como a forma como estas são subjetivamente validadas, por meio da dimensão substancial da cultura. Além disto, os três elementos que Woodward

(2014) sistematiza para a compreensão da formação da identidade, quais sejam, a temporalidade, o caráter relacional e a dimensão simbólica, podem ser identificadas na análise. A temporalidade é identificada na definição do herói atual (o sulista que herdou a luta por autodeterminação) e, por conseguinte, seu anti-herói hodierno (figura simbólica de Brasília). No “redescobrir do passado”, outros foram heróis e anti-heróis, assim que as disputas em torno da identidade sulista têm um marco temporal relevante para validação da identidade sulista tal qual postulada pelo movimento atualmente. A dimensão relacional repousa justamente nos pares de oposição caracterizados na dicotomia entre heróis e anti-heróis (povos originários e europeus; Império e Farroupilhos; República/Brasília e Sulistas). Por fim, elementos simbólicos são amplamente mobilizados para a validação de atribuições afirmadas como inerentes ao ser sulista, como a bravura e a herança da luta por autodeterminação, expressas de forma contundente nas categorias de “sangue derramado” e na forma como o grito guarani (“Co Yvy Oguereco Yará”), de Sepé Tiaraju, é ressignificado pelo OSMP.

#### 4. Negociando significados e marcando a identidade

Em relação ao *corpus* da pesquisa, os discursos étnicos ligados a manifestações culturais são majoritariamente identificados em 12 artigos de opinião. A análise desses documentos visa identificar o material cultural mobilizado e simbolicamente reafirmado pelo movimento como componente da identidade sulista. Essa categoria de discursos não subsiste sem a categoria de discursos históricos. O material cultural mobilizado pelo movimento depende diretamente da percepção de humilhação histórica, enunciado na lógica dualista entre heróis e anti-heróis, para assumir um sentido discursivo lógico: a luta por autodeterminação que forjou a unidade dos povos do Sul também forjou seus elementos culturais e sociais. Contudo, na categoria de discursos étnicos e culturais, há uma nova dimensão do conflito. Além da ameaça externa (anti-heróis), é possível identificar o conflito também no interior do território sulista.

O conflito interno remete à colonização europeia da Região: os eslavos (ucranianos e poloneses), os italianos e os alemães, “fugindo de perseguições e guerras na Europa, buscaram reassentamento no Sul para viver com dignidade. No entanto, seus países estavam em guerra, e trouxeram consigo a rivalidade via oceano”. A rivalidade entre os diversos grupos de imigrante, portanto, foi uma consequência “natural” de um processo histórico-político precedente ao ato de imigrar. Ao mesmo tempo em que imigrantes europeus se opunham uns aos

outros, “os diversos povos indígenas se opuseram contra os imigrantes, assim como havia rivalidade entre os próprios índios” (Sul Livre, 2016b).

O conflito, em suas duas dimensões – externa e interna –, aparece como uma característica intrínseca do povo sulista. Contudo, há um momento de inflexão no qual os conflitos internos são suprimidos pelas ameaças externas. O processo histórico de opressão dos povos sulistas “fez brotar o sentimento de pertencimento a terra... a terra das araucárias, do mate e do frio. A partir do bairrismo, os rivais tornaram-se conterrâneos” (Sul Livre, 2016b). O bairrismo, isto é, a defesa da terra devido à proteção exacerbada de suas alegadas virtudes, é o elemento histórico que permite à rivalidade interna ser substituída pelo sentimento de conterraneidade.

A supressão da rivalidade interna se deu, assim, por motivos de proteção contra ameaças externas. Para isso, o movimento resgata, por exemplo, a “campanha de nacionalização” da Era Vargas, ao arguir que o Brasil cometeu com os sulistas “uma tentativa de exterminar nossa diversificadíssima cultura, proibindo-nos de falar os idiomas dos nossos antepassados, impondo-nos apenas a língua portuguesa, a marra”. Objetivava-se, portanto, a realização de “um genocídio cultural”, a fim de exterminar “não apenas as línguas faladas, mas os seus significados” (Sul Livre, 2017b). Em defesa da diversidade cultural e étnica da região, a rivalidade interna deu lugar a um “caldeirão cultural”, o qual atribuiu ao Sul uma conformação cultural e social singular e predominantemente europeia:

Cada família paranaense tem por hábito em suas reuniões celebrar a cultura da qual descendem. Os descendentes de italianos reúnem-se para comer massa, os alemães fazem aqueles deliciosos cafés coloniais, os ucranianos e poloneses comem pierogie e assim por diante, celebrando traços da cultura trazida por nossos ancestrais e agregando traços das culturas que vão se reunindo à mesa através dos agregados. Cada nova família acaba agregando sua nova tradição (Sul Livre, 2020).

Nesse sentido, a diversidade cultural da região é destacada e reafirmada, majoritariamente, pela combinação de elementos “herdados” dos imigrantes europeus com elementos naturais e territoriais do Sul. O “caldeirão de culturas europeias” assume um sentido de identidade singular na medida em que é atrelado a elementos como a araucária, o frio e o pinhão (Sul Livre, 2020). A erva-mate também é resgatada como um elemento natural que assumiu um papel fundamental na construção da simbólica da identidade sulista:

---

7 A noção de caldeirão cultural foi utilizada por Berka em 2020 (Aver, 2021, anexo 1, documento 4).

Se a estética das araucárias remete à linguagem sentimental, e seu habitat frio identifica o Sul como tal, pode-se atribuir à erva-mate poesia aromática. Mais do que isto! O mate civilizou os viventes no cone Sul (...) é o mate a saudação de chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação (...) a erva-mate teve uma participação importante na fixação das colônias de neo-europeus, principalmente italianos, poloneses e ucranianos, oriundos da grande imigração estrangeira iniciada em fins do século passado [XIX], assegurando a sobrevivência de muitas delas [colônias] que de outro modo, dadas as reduzidas dimensões do mercado interno, teriam certamente fracassado. A ação construtiva no mate-amargo civilizou o arquétipo sulista (...) onde se estabelecesse o uso coletivo do mate, aí se modifica, para melhor, a sociedade (...) a erva libertária! Quando nós, sulistas, mateamos (...) estamos venerando não somente a beleza cênica do bioma das araucárias, mas também a tradição e preservar a tradição é dar um “tapa na cara” de Brasília! (Sul Livre, 2017c).

Reforçando os apontamentos de Schultz e Silva Júnior (2019), o exemplo da erva-mate, a “erva libertária”, permite identificar como a geografia física é mobilizada na construção social e simbólica do território, vinculando-se à construção identitária do povo. O mate amargo é tido como um elemento central no sucesso da consolidação e sobrevivência das colônias de imigrantes, no apaziguar das rivalidades internas entre os povos do Sul e é, por fim, mobilizado como categoria simbólica da fraternidade e da hospitalidade consolidada entre os conterrâneos sulistas. A ancestralidade do território assume um alto potencial de legitimidade da identidade, na medida em que é na geografia física que repousa a vinculação entre os fluxos migratórios de ocupação e colonização da Região Sul e a formação de uma identidade nova e singular: a sulista. O frio, a erva-mate, o pinhão, o quentão e os centros de tradições gaúchas (CTGs) atribuem ao “caldeirão cultural de origem europeia” um sentido identitário específico da região (Sul Livre, 2020). A herança cultural e a descendência das tradições dos imigrantes europeus se mantêm como propriedades relevantes de vinculação de origem. Contudo, a identidade étnica e cultural é nova, nomeadamente sulista.

Desse modo, segundo o discurso do OSMP, é possível identificar que a composição da identidade étnica sulista não se remete a um retorno a um substancialismo, a uma ancestralidade, mas sim à formação de outra “essência”, de outra “natureza”, que é a sulista, oriunda de um processo de caldeamento com os “melhores ingredientes”, tornando o sulista um híbrido cultural distinto dos não sulistas.

Os elementos simbólicos e materiais que compõem o material cultural mobilizado no discurso do movimento marca uma oposição a os outros, não suelistas. Segundo o movimento, a integração cultural do Brasil, país constituído “pelos arranjos culturais de seu espaço geográfico diversificado”, “não deveria estar alheia à propagação do que há de legítimo em matéria de produção cultural regional”. Contudo, seguindo caminho contrário à valorização das culturas regionais, a cultura brasileira sofre de uma “deformação cultural” oriunda da “aceitação espúria e imediata de produções de baixos padrões morais, principalmente difundida pelos centros nacionais de projeção política, considerados como polos de integração cultural” (Sul Livre, 2017d).

Quando uma sociedade inteira assiste passivamente, anos a fio, as contorções públicas de nádegas e pélvis ao som de música nacional vagabunda, além do predomínio esmagador de uma enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade, estará sendo instruída a tolerância cultural ou, simplesmente, as pessoas estarão sendo condicionadas ao hábito de fugir às tradições e costumes adquiridos durante uma longa gestação histórica de valores regionais em benefício das novidades que trazem pontuações de ibope nacional, mas com prejuízo da continua descaracterização das novas gerações, cuja herança encantada das diversidades culturais subnacionais será descartada para formar um país atolado na mediocridade? (Sul Livre, 2017d).

Com base nesse discurso, busca-se afirmar a necessidade de “não se confundir tolerância cultural com a perda de discernimento sobre o belo, o útil e o necessário”. O “grande eixo Rio-São Paulo”, enquanto forte propagador dos “sucessos culturais nacionais”, acaba por domesticar<sup>8</sup> “os antigos brasis altaneiros (...) o que acabará por mutilar os mais antigos valores regionais do país”. Para o movimento, há um progressivo “desaparecimento dos valores da cultura tropeira original, que devem permanecer mais vivos do que nunca”, havendo assim a urgente necessidade de proteção dos valores morais, sociais e culturais que historicamente foram forjados como características inerentes e hereditárias do povo sulista:

Cultura só é protegida quando praticada. Ou seja, quando é cultivada com amor e dedicação ao que seja oriundo de nossos antepassados (...) cultura popular é o que é- fruto das motivações profundas da alma de um povo.

8 No mesmo contexto e sentido aqui empregado, a noção de domesticação foi utilizada por Deucher em 2017 (Ver Sul Livre, 2017d).



Nascida ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos (...) Cultura não é só feita de lendas, música e dança folclórica, vestimenta, acessórios e comida (...) cultura também é o modo de pensar e de interagir, de ninarmos uma criança- um plano social sobre o qual é projetada a fusão das diferenças individuais, amalgamadas para a valorização das ações e reações do Homem face a Vida, diante do Criador e face a si próprio (Sul Livre, 2017d).

Assim, a delimitação das propriedades culturais tradicionais do ser sulista se evidencia na oposição à cultura brasileira, isto é, na construção de um discurso maniqueísta<sup>9</sup> hierarquizado entre o “belo, útil e necessário” e os “baixos padrões morais”, a “arte nacional vagabunda” e o “mediocre”. Nessa lógica discursiva, a defesa da tradição é uma ação necessária para a conservação do belo, materializado na herança cultural dos antepassados dos povos do Sul.

A dimensão simbólica da ameaça externa aparece com particular relevância nesse discurso maniqueísta hierarquizado: o “eixo Rio-São Paulo” e a “enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade” aparecem como ameaças concretas à preservação “das motivações profundas da alma” do povo sulista e como ameaças diretas “ao modo de pensar e interagir, nascidos ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos” (Sul Livre, 2017d). Desse modo, o discurso cultural maniqueísta anunciado pelo movimento assume um forte tom discriminatório, na medida em que define com rigidez o material cultural sulista enquanto expressão da beleza, atribuindo, automaticamente, um sentido pejorativo e de mediocridade às propriedades culturais “estrangeiras”.

O caráter dualista do discurso enunciado pelo movimento não se restringe à hierarquização da reprodução de formas específicas de manifestações culturais. Opera também na hierarquização da ocupação física do território:

Está virando uma verdadeira *praga a invasão* de municípios por numerosos contingentes de migrantes, tanto vindos de outras regiões do Brasil quanto de outros países (...) Em Brusque-SC, chegaram dez mil migrantes internos, de outro estado. Significa 10% da população existente. Trouxeram enorme problema para acomodar esse pessoal. Feriu o curso natural do desenvolvimento. Simplesmente os migrantes chegaram e ficaram. Notícia daí vindas dão conta do aumento anormal dos assaltos às residências *locais*. Problemas semelhantes ocorrem em Itajaí, também SC. E também em centenas

9 A noção de “discurso maniqueísta” está presente na categorização do discurso separatista proposta por Barros (2007).

de outros [lugares]. No RS chegaram 600 migrantes externos (da África), que se instalaram em Caxias do Sul. Isso também trouxe problema para a comunidade (...) esse problema tornou-se uma *praga* no Sul inteiro. Ele já tem dificuldade de acertar seus próprios problemas, principalmente pelos estragos que lhe trazem a simples sujeição a federação brasileira. E agora lhe trazem mais problemas. Livram os outros e descarregam sobre o Sul (Sul Livre, 2015, grifos meus).

Com base nesse discurso, aqueles que não são parte dos congênitos, conterrâneos sulistas, que historicamente compõem o “curso natural do desenvolvimento” regional, simbolizam uma ameaça ao povo do Sul, que já enfrenta os problemas cotidianamente e carrega o fardo da federação brasileira e agora tem de lidar com outro agravante: os estrangeiros – os que “chegaram e ficaram”. Para o movimento, há um planejamento prévio desses fluxos migratórios: “essas migrações não são espontâneas, naturais (...) o que tem havido em comum nessas ‘migrações’ é que o pessoal parte de regiões mais pobres com destinos ‘escolhidos’ de regiões e municípios mais ricos. Interessante, não?” (Sul Livre, 2015).

Esse planejamento de migrações não-espontâneas é o que o movimento denomina “distribuição da miséria”: “uma região mais pobre exporta o seu produto humano também mais pobre para regiões menos pobres” (Sul Livre, 2015). O “produto humano mais pobre” prejudica o desenvolvimento regional do Sul do país. Categoriza-se assim o estrangeiro – a materialização da miséria – enquanto ser indesejável para ocupar determinado espaço geográfico, em oposição ao sulista que possui raízes históricas, étnicas e ancestrais com o território que ocupa.

No discurso do movimento, o estrangeiro não é bem-vindo em Brusque, Caxias do Sul e Itajaí, porque a ele é inerente a condição da mediocridade: vincula-se o caráter pejorativo do que é externo à tradição cultural dada como sulista ao próprio corpo do “estrangeiro” que se faz presente no território, revelando as implicações sociais e materiais da diferenciação simbolicamente articulada. Como anteriormente assinalado, desde o momento em que determinado grupo é marcado como não desejável, a dimensão simbólica da diferença passa a se reverberar materialmente, seja por meio de desvantagens na posição social dos membros do grupo ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico do(s) diferente(s).

Nesse sentido, a análise dos documentos catalogados como étnicos e culturais releva a lógica relacional da identidade, apontando-a com base nas contraposições que atribuem significado às noções de conflito interno e externo, bem como na forma como as noções de belo e do medíocre são agenciadas no interior do discurso. O caráter relacional, por sua vez, repousa sobre elementos

simbólicos de diferenciação, como evidenciado por meio dos elementos da geografia física, i. e., o frio, a erva-mate e o pinhão, que são resgatados como elementos que caracterizam o ser sulista, em oposição aos não pertencentes ao povo e ao território.

## 5. Considerações finais

Assumindo “O Sul é o Meu País” como estudo de caso do separatismo sulista e com base nas proposições teóricas de Hall (1997) e Woodward (2014), o presente artigo identificou como o caráter relacional, simbólico, temporal e material da identidade são articulados, negociados e significados no interior do discurso oficial do movimento. Nesse âmbito, identificou-se como as categorias de discurso histórico e cultural são mobilizadas no sentido de legitimar uma singularidade à identidade sulista.

O processo de “redescoberta do passado”, descrito de forma pormenorizada na seção 3, permite identificar como o discurso opera de forma relacional, lançando mão de elementos e recursos simbólicos, para negociar e ressignificar antecedentes e antepassados históricos, construindo um discurso de humilhação histórica, baseado nas percepções de heróis e anti-heróis. Nesse sentido, categorias discursivas simbólicas, como “o sangue derramado” e o grito guarani (“Co Yvy Ogueroco Yara”) de Sepé Tiaraju, são mobilizadas no sentido de construir uma verdade histórica imutável que valide a noção do ser sulista, que possui, de forma inerente ao seu ser, o caráter separatista, na medida em que a luta pela autodeterminação do território e do povo do Sul é historicamente herdada.

A temporalidade da identidade é observável por meio da forma como o caráter relacional de diferenciação entre heróis e anti-heróis é mutável ao longo do tempo: outrora, os sulistas eram afirmados como povos originários, guaranis, que lutaram contra a colonização europeia. Posteriormente, eram os estancieiros que não aceitavam as imposições Imperiais. Hoje, são nomeadamente sulistas, opondo-se à figura simbólica de Brasília, a qual oprime o direito de autodeterminação do povo sulista.

As categorias étnicas e culturais também revelam o caráter relacional da identidade, na medida em que se articulam os conflitos internos e externos. Aos poucos, a noção de bairrismo é discursivamente articulada no sentido de atribuir um material cultural europeizado à identidade sulista, dado como belo e moralmente superior e que, por conseguinte, se opõe à mediocridade do material cultural consumido pelo eixo Rio – São Paulo. Para tanto, o discurso oficial do movimento lança mão de elementos simbólicos, como a erva-mate, o

pinhão e o frio, em um processo de valorização excessiva do ser sulista, que se reverbera na materialidade da identidade. Em outras palavras, na busca por adquirir uma autoconsciência histórica e um senso de identidade peculiar, há uma excessiva valorização da identidade, o que produz a hierarquização da posição da comunidade étnica sulista em relação ao(s) outro(s) – não sulista(s). Dessa maneira, ainda que o movimento afirme múltiplas vezes que “não se trata de uma política cultural protecionista em escala atentatória às liberdades individuais” (Sul Livre, 2017d), a dicotomização entre o belo e o disforme como discurso marcador e descritivo das propriedades culturais e sociais do povo sulista propicia a emergência de um discurso essencialmente diferencialista.

Fundamentado na concepção de diferencialismo proposta por Munanga (1999), o conceito é compreendido e mobilizado como uma forma de segregação “mais rígida”, centrada no princípio de preservação de uma identidade própria, o que supõe uma aversão à miscigenação ou à mistura. Para além de assumir apenas um caráter discriminatório, no qual há uma hierarquização de elementos culturais e sociais constitutivos de determinada comunidade étnica, o discurso do movimento assume um caráter diferencialista, que classifica quem deve ou não compor, culturalmente e fisicamente, a comunidade étnica e o território sulista.

Enquanto categoria simbólica gerada por meio dos discursos históricos e de unificação nacional, a ameaça externa marca a construção da unicidade étnica e territorial do povo sulista, atribuindo-o uma identidade singular que, por oposição ao(s) não-sulista(s), fomenta um discurso discriminatório e diferencialista, operando diretamente na formação de uma hierarquização cultural e identitária. Assim, a ameaça externa é uma categoria de extrema relevância para a construção da legitimidade da identidade étnica sulista, bem como para a legitimação da necessidade de preservação da tradição que, em última instância, fundamentam a causa separatista pleiteada pelo movimento “O Sul é o Meu País”.

## REFERÊNCIAS

- AVER, Gabriel Pancera. O que dizem os que se dizem sulistas? Uma análise da construção da adesão e legitimidade do discurso do movimento O Sul é o Meu País. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Londrina, 2021.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Editora UNESP, São Paulo, 1998.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, n. 9, 2007, pp. 147-167.

- DE PAULA, Ricardo. *Contestações à nação: um estudo do movimento separatista o Sul é o Meu País (1990-1997)*. Dissertação de Mestrado, História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UnB, 2001.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.
- IGNATIEFF, Michael. *Blood and Belonging: Journeys Into the New Nationalism*. Londres, Penguin Books, 1994.
- LIMA, Stella Aparecida Leite. *Movimento O Sul é Meu País: o discurso separatista e seus efeitos de sentido*. Dissertação, Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2017.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009.
- MELO, Michele. O mito é uma fala: o uso da figura do cacique Guaicarará no discurso separatista do Movimento o Sul é Meu País. Belém, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 2019.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- OGLIARI, Ana Laura. *Movimento Sul é o Meu País: análise da forma de organização e ação*. Monografia de Graduação, Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Editora UNESP, São Paulo, 1998.
- RECH, Fernando Luís. *Políticas identitárias e os usos do passado no Movimento separatista o Sul é Meu País*. Monografia de Graduação, História, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo, Editora Global, 2015 [1995].
- SCHULTZ, Jenerton e SILVA JUNIOR, Edinaldo. Território simbólico e território funcional: fatores geográficos que motivam o movimento separatista “O Sul é o Meu País”. *Revista Di@logus*. Cruz Alta, v. 8, n. 3, 2019.
- SUL LIVRE. *Distribuindo a miséria*. 2015. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/distribuindo-a-miseria/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *A história ao sul do mundo*. 2016a. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/a-historia-ao-sul-do-mundo/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Conhecendo o Paraná e a miscigenação paranaense*. 2016b. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/conhecendo-o-parana-a-miscigenacao-paranaense>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

- SUL LIVRE. *Um canto sulista*. 2017a. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/um-canto-sulista/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SULLIVRE. *Breve história do sentimento emancipatório do povo sulista*. 2017b. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *O proverbial mate amargo*. 2017c. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/o-proverbial-mate-amargo/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Tolerância cultural*. 2017d. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/tolerancia-cultural/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *262 anos da morte de Sepé Tiaraju*. 2018. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/262-anos-da-morte-de-sepe-tiaraju/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Neste dia prestamos nossa homenagem aos heróis negros que lutaram pela independência do sul*. 2019. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/neste-dia-prestamos-nossa-homenagem-aos-herois-negros-que-lutaram-pela-independencia-do-sul/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *As principais tradições do Paraná*. 2020. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/as-principais-tradicoes-do-parana/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- TORMENA, Adriano. *Redes e agenda política: uma análise do movimento O Sul é o Meu País*. Monografia de Graduação, Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. São Paulo, Editora Vozes, 2014.

Recebido em: 07/02/2023

Aprovado em: 22/05/2023

### **Como citar este artigo:**

- AVER, Gabriel Pancera. Redescobrimdo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “O Sul é o meu país”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 911-932.